XI SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA E
XXIX Semana de Iniciação Científica
Ciência, Inovação e Transformação Social no Semiárido
23 a 27 de Novembro de 2026
URCA-Universidade Regional do Cariri
PRPGP- Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

NECROPOLÍTICA CONTRA PESSOAS TRANS: COMO O ESTADO DO CEARÁ É OMISSO PERANTE OS CASOS DE VIOLÊNCIA E ASSASSINATO

Nívia Alves da Silva[1], Geórgia Oliveira Araújo[2]

Resumo: O trabalho busca responder a seguinte questão: de que forma o Estado do Ceará colabora para a ocorrência de crimes contra as pessoas trans? A discussão sobre a transfobia é realizada com a análise de estatísticas que indicam o Brasil como o país com o maior número de assassinatos contra travestis e transexuais no mundo. O papel do Estado, nesse sentido, se desvia dos princípios definidos na Constituição Federal, o que implica na desumanização e na violência exacerbada contra esta população; além disso, o país deixa de acatar os princípios acordados em Yogyakarta, em 2007, importante documento que visa a consolidação dos direitos das pessoas LGBTQIAPN+ em todo o mundo. O trabalho tem o intuito de demonstrar a responsabilidade do Estado do Ceará frente aos dados alarmantes sobre o homicídio trans, indicando a ausência políticas públicas plenamente efetivas para a redução da violência e a omissão sistemática, que se apresenta pela insuficiência ou a escassez e de dados definitivos, que deveriam ser utilizados para orientar o combate a discriminação. A seguir, o desenvolvimento foi baseado em informações oficiais sobre os casos de transfobia e assassinatos no Ceará, divulgadas pela Secretaria de Segurança Pública, comparando-os também com dados e o monitoramento exercido por associações independentes. Como fonte primária da pesquisa, foi utilizado o dossiê da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), que possui o conjunto de informações mais completo acerca do tema. O levantamento feito pelo Grupo Gay da Bahia apresenta a região Nordeste como a mais letal para pessoas trans, estando o Ceará no topo dos índices apurados em 2025. O voto do ministro Celso de Mello na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão 26 é imprescindível para o entendimento da construção de políticas em âmbito nacional, onde há avanços significativos no reconhecimento de direitos dessa população. Em seguida, o estudo da legislação cearense sobre o tema também revela o interesse do Estado, mas denuncia a falta de efetividade das ações propostas, o que corrobora para a incidência de violência nos registros. Com a carência de dados levantados sobre os crimes, que deveriam ser feitos pelas instituições estatais, percebe-se um padrão de apagamento e invisibilização de corpos trans. As associações independentes e a mobilização social são necessárias nesse sentido, de modo a cobrar o Estado as medidas que deveriam ser caracterizadas como sua competência. Foi demonstrado, portanto, que mesmo com o avanço de produções normativas acerca da proteção da população LGBTQIAPN+, tanto no Ceará como a nível nacional, a ineficiência governamental é um dos principais fatores de perpetração desse cenário, visto que ainda há um longo caminho a ser percorrido para se suprimir uma violência tão enraizada na sociedade.

[1] Universidade Regional do Cariri, email: nivia.silva@urca.br
[2] Universidade Federal do Cariri, email: georgia.oliveira@ufca.br

Palavras-chave: Necropolítica. Transfobia. Desigualdade de gênero.